

O desejo como sintoma na economia solidária: uma perspectiva psicossociológica

Resumo

O presente artigo apresenta uma pesquisa realizada com intuito de analisar a resistência ao processo de incubação em um empreendimento de economia solidária (EES) no ramo cultural na ITESS/UFGD. Partindo dos pressupostos da psicanálise e da psicossociologia, a resistência ao processo de incubação foi analisada levando em conta as possibilidades de manifestação do desejo nas instituições produtivas, bem como a resistência à manifestação do mesmo. Para isso, foram realizadas entrevistas individuais e grupos de discussão com os membros do EES, e observação de campo das atividades do empreendimento, buscando identificar a função que o EES desempenhava na estruturação de processos psíquicos do grupo e de seus membros e o modo como o empreendimento era utilizado pelos mesmos para consecução de seus interesses. Percebeu-se que, para além da dimensão econômica, o EES, cumpria também a função de intermediação de processos identitários e de dinâmicas relacionais entre os seus membros, elementos esses que se mostravam prioritários em relação aos aspectos econômicos. Conclui-se que a resistência ao processo de incubação, e principalmente ao processo de formalização do EES, se dava em função do mesmo se orientar para atividades econômicas do EES, o que, por sua vez, ocorria em prejuízo de suas funções identitárias e sociais.

Palavras-chave: Economia solidária. Incubação. Desejo. Mecanismos de defesa.

Sanyo Drummond Pires

Doutor em Psicologia pela Univ. São Francisco – USF. Professor Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Brasil

sanyodrummond@yahoo.com.br

Aline Pereira Silva

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Brasil

alinep.dasilva@hotmail.com

Para citar este artigo:

PIRES, Sanyo Drummond; SILVA, Aline Pereira. O desejo como sintoma na economia solidária: uma perspectiva psicossociológica. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 20, n.44, p. 280 - 303, set./dez. 2019.

DOI: 10.5965/1984724620442019280

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724620442019280>

Desire as a symptom in the solidarity economy: a psychosociological perspective

Abstract

This paper presents a research conducted to analyze the resistance to the incubation process in a solidarity economy enterprise (EES) in the cultural branch at ITESS / UFGD. Starting from the assumptions of psychoanalysis and psychosociology, the resistance to the incubation process was analyzed taking into account the possibilities of manifestation of desire in the productive institutions, as well as the resistance to its manifestation. Therefore, individual interviews and discussion groups were conducted with the members of the EES as well as field observation of the activities of the enterprise, seeking to identify the role that the EES played in the structuring of psychic processes of the group and its members and the way the enterprise was used by them to achieve their interests. It was noticed that, besides the economic dimension, the EES also fulfilled the function of intermediation of identity processes and relational dynamics among its members, which were priority elements in relation to economic aspects. It was concluded that the resistance to the incubation process, and especially to the formalization process of the EES, was due to its orientation towards economic activities of the EES, which, in turn, was detrimental to its identity and social functions.

Keywords: Solidary economy. Incubation. Desire. Mechanisms of defense.

Introdução

O exercício da autogestão, presente nos empreendimentos de economia solidária (EES), abre espaço para diversos questionamentos ligados à dinâmica psíquica possibilitada por esse modelo de organização produtiva, tanto associada a novas possibilidades de construção de sociabilidades e de expressão de si por meio de trabalho, quanto à necessidade de estruturação de novas formas defensivas frente às vivências de exploração e de sofrimento ocasionadas pelo trabalho autogestionário.

Tal fato se dá a partir da premissa de que o questionamento possibilitado pela autogestão na economia solidária não se resume somente à organização do trabalho, mas também à função de ser do empreendimento. As metas a serem alcançadas, os valores que vão nortear as relações entre os trabalhadores e entre eles e o EES, os mecanismos compensatórios, punitivos e de controle, todos esses elementos podem, e devem, ser também abarcados por processo de reflexão e deliberação por parte dos trabalhadores.

No entanto, para além do empreendimento, o principal questionamento que a autogestão na economia solidária vai nos remeter é o do próprio modelo econômico dominante. Ainda que mantenhamos a compreensão corrente de que o EES é um empreendimento com finalidade econômica (BRASIL, 2012), os valores produzidos, bem como as trocas que eles possibilitam, não precisam necessariamente se subordinar a um modelo de economia capitalista, regido pela necessidade de produção de mercadorias criadas em função de seu valor de troca.

Ainda que o EES se configure a partir de um caráter dúbio, de articulação entre os valores da economia solidária e da economia de mercado (LISBOA, 2005), a consideração de valores ligados ao mercado se dá pela necessidade de sustentabilidade econômica do EES, mas não na centralidade da lógica de sua existência. Então, embora mercadorias precisem ser produzidas, existe todo um amplo espaço, na determinação da produção, para que as forças produtivas mobilizadas pelo empreendimento também criem valores que não se destinem necessariamente à troca, mas também à fruição dos membros do empreendimento.

Ao questionarmos uma destinação exclusiva dos EES para uma economia de mercado, e adotarmos os bens voltados para os próprios membros do EES como parte dos bens a serem buscados, ampliamos significativamente o que pode ser considerado objetivo da produção. Essa ampliação vai nos remeter, além dos bens materiais e monetários, a toda uma série de serviços e bens simbólicos, que, por sua vez, quando produzidos e distribuídos dentro de um contexto coletivo, se ampliam ainda mais, gerando também valores de relação (FRANÇA; DZIMIRA, 1999), que muitas vezes, acabam sendo mais importantes na estruturação do empreendimento do que os bens destinados à troca, que vão se resumindo à sua função de gerar sustentabilidade econômica ao EES em relação à economia de mercado.

Porém, no centro da definição desses elementos a serem buscados pelo EES, em substituição às demandas de mercado, está o sujeito, com suas necessidades e seus desejos. No entanto, esse sujeito, muitas vezes não se encontra, enquanto substituto do mercado, em um local perceptível no discurso sobre a gestão do EES, sendo necessário todo um trabalho que permita a sua emergência enquanto elemento de centralidade na organização.

A preocupação com a consideração do sujeito como elemento central da organização do trabalho transforma-se em um elemento ainda mais destacado dentro da dinâmica de construção da reflexão sobre a economia solidária, e o desenvolvimento de EESs dentro do contexto de incubadoras universitárias. Além das demandas decorrentes de fatores de avaliação das incubadoras, orientados para a economia de mercado, o processo de incubação vai ser marcado por uma série de elementos ideológicos e de mobilizações subjetivas, em que o desejo dos trabalhadores muitas vezes é desconsiderado em função de expectativas e demandas endereçadas a esses trabalhadores, que se referem ao desejo das equipes de técnicos e pesquisadores das incubadoras (MEIRA; FREITAS, 2012).

O presente estudo pretende então, discutir, a partir da concepção psicanalítica do desejo, e da percepção da sua manifestação nas organizações dada pela psicossociologia, o impacto do desejo na organização do trabalho, e as especificidades possibilitadas para

essa manifestação pela adoção da autogestão, a partir da análise de caso de um empreendimento em incubação.

A manifestação do desejo na organização da produção

O desejo, segundo Freud (1900/1996), surge da tentativa de resgatar uma situação em que onde, dada uma necessidade que nos desestruturou-nos, um outro (geralmente a mãe) vem e nos restabelece a situação de harmonia. Esse reestabelecimento vai gerar uma representação dessa satisfação, que ficará armazenada no psiquismo. Sempre, então, que nos vemos em situação de desarmonia, busca-se o investimento dessa representação para que a necessidade que gerou a desarmonia possa ser superada. Essa representação vai conter também as ações realizadas para acessar a saciação da necessidade, o que vai nos remeter também, não só a uma lembrança passiva, mas também a ações. A essa primeira representação sobrepõem-se uma série de outras, que constituem um núcleo de representações que vai nortear a relação do sujeito com a realidade.

No entanto, como nos mostra Freud (1920/1996), essas representações não se referem somente a experiências de satisfação (que em psicanálise vão se referir ao alívio da tensão psíquica), articuladas com o prazer do sujeito. Ela também vai se referir a experiências nas quais a descarga psíquica ocorre de forma desarticulada com a organização psíquica, gerando tanto prazer quanto desprazer, ou seja, situações em que, ao gerar um alívio de tensão psíquica, também geram agressão ao psiquismo, ou ao próprio organismo do sujeito. Não se trata aqui de um prazer que gera um desprazer, mas de uma descarga relacionada a uma situação traumática, onde tal descarga psíquica não gera uma ligação com uma explicação, e só retorna como atuação.

Nesse sentido, o desejo se refere sempre, primeiro, ao reconhecimento de uma falta, e conseqüentemente, a um outro, um para além de nós que de nós faz parte enquanto nos organiza, pois, esse algo que nos remeteu à volta da harmonia perdida, o fez fora de nossa intencionalidade, e fora de nossa capacidade de percebê-lo anteriormente e nomeá-lo. Todo nosso esforço de buscar esse algo que vá nos remeter a

uma harmonia é então uma busca dessa experiência primordial, para além de nós, e desconhecida, o que nos remete à mobilização do outro em relação a nós. Mas também, a uma segunda dimensão, ou seja, à busca de uma situação de alívio de tensão que pode, muitas vezes, se configurar como uma situação de inserção do sujeito em uma atuação de si desarticulada com a busca de prazer ou de defesa de seu organismo, e à sua submissão a repetições compulsivas, que lhe parecem como alheias a si, e vivenciadas como violências sem nome.

As organizações, e dentre elas as organizações produtivas, que ganham um lugar de destaque pela função central na estruturação da identidade que o trabalho possui na nossa sociedade, servem de espaço privilegiado para que esse investimento narcísico possa ocorrer tanto na busca por esse outro que nos fornecerá o que não temos, quanto na estruturação de uma defesa contra a angústia decorrente de nossa percepção de incapacidade de enfrentarmos o mundo como indivíduos isolados. As organizações produtivas fornecem então tanto elementos materiais que garantirão a sobrevivência do sujeito quanto garantias simbólicas e imaginárias, que proverão o sujeito de fontes de identificação, posicionamento e enlaçamento social (MATHEUS; BRESLER, 2002).

No entanto, no caso da economia solidária, tanto a dimensão de provimento material quanto as dimensões simbólica e imaginária precisam ser ponderadas na inserção conflitiva que a economia solidária apresenta em relação ao modelo hegemônico da sociedade de mercado que rodeia o sujeito (CARVALHO, PIRES, 2001). Como são geralmente marcados por processos de exclusão (sejam eles materiais ou psicossociais), os grupos que aderem à economia solidária buscam nela mesma, uma forma de inserção que lhes permita, assim como nas outras instituições produtivas, uma superação das suas faltas, que lhes foi negada pela sua exclusão (ou inserção precarizada) do mundo produtivo capitalista. Porém, a Economia Solidária, por se configurar como alternativa, se estrutura a partir de uma definição negativa, no sentido de uma ausência de significações, que remete o sujeito à necessidade de construí-las (MEIRA; FREITAS, 2012).

A ausência de representações simbólicas e imaginárias compartilhadas e já estruturadas no cotidiano do sujeito nas quais se possa investir, podem gerar o processo de idealização do EES, associado à negação da existência de elementos desagradáveis da

organização produtiva que possibilitam que o investimento libidinal na mesma se dê de forma a minimizar a angústia (ENRIQUEZ, 1997). O desejo poderá se manifestar investindo representações já disponíveis, oriundas dos processos, instituições e valores das organizações produtivas capitalistas, ou outras também alheias à economia solidária. Além disso, o fato dos diferentes atores ainda não possuírem um objeto a ser buscado que articule as diferentes expectativas de cada um (diferenças essas poucas vezes colocadas em discussão) também tende a reforçar a idealização (MEIRA, 2012).

Tais processos de idealização, em função da inserção conflitiva no qual a economia solidária se encontra frente a uma realidade mais ampla da economia de mercado, encontram um ambiente fértil, pois, ao mesmo tempo em que se tornam necessários para manter a coesão grupal, partindo da negação das diferenças entre os membros e impedindo o direcionamento da pulsão de morte para dentro do grupo (ENRIQUEZ, 1995), idealiza também a economia de mercado, canalizando essas pulsões mortíferas para fora (ou seja, para a economia de mercado com suas empresas, valores e técnicas, e a todo um aparato social que lhe é decorrente).

No entanto, ao mesmo tempo em que o mercado e suas instituições podem ser investidos de agressividade, como instituições ameaçadoras aos objetivos do grupo, pode haver também o processo de fantasia de apropriação das instituições e processos desse mesmo mercado na dinâmica e nos valores do grupo e do EES. Como essas instituições e processos são dotados de valoração na cultura geral que circunda o sujeito, elas tendem a colonizar as expectativas e a imaginação do trabalhador. Tal processo, denominado como imaginário enganador (ENRIQUEZ, 1997), repousa na necessidade de investimento narcísico do trabalhador e do grupo, de forma a amenizar os processos de angústia causados pela situação conflitiva, gerada pela ausência de significações na qual o trabalho, ou a dinâmica organizacional se insere. Podemos ver exemplos claros nesse sentido, como a busca por sistemas de produção *taylorizados*, ou a “conquista” de lojas em *Shopping Centers*, tudo isso pensado dentro de uma lógica estratégica de empresas heterogestionárias.

Nesse sentido, o mero fornecimento de elementos simbólicos explicativos das relações de produção alternativos à economia de mercado não é o suficiente para que

esse imaginário possa se reestruturar, ou se organizar de forma a levar em conta suas especificidades materiais, sociais e psíquicas na determinação da organização do trabalho. O imaginário enganador instaurará processos de repetição de formas pré-estabelecidas (na maioria das vezes surgidas de necessidades extremas e imediatas, desarticuladas com o funcionamento adequado do EES), de atender necessidades dos trabalhadores e da organização do trabalho, que tenderão a se repetir, ainda que de forma inconsciente, por mais que novas possibilidades sejam disponibilizadas (PIRES, 2018).

Nesse quadro, a manifestação do desejo e das necessidades objetivas dos trabalhadores ocorrerá de maneira não articulada com a forma de organização do trabalho e da gestão, e dos objetivos formais que o EES pode vir a buscar. No entanto, tais desejos e necessidades vão, de alguma forma se manifestar, pois se constituem no elemento mobilizador constitutivo do sujeito. Como esse espaço para a manifestação do desejo se mostra obstaculizado pelas construções narcísicas defensivas contra a angústia dada pela ausência de significações e pela inserção conflitiva da economia solidária na sociedade de mercado, ele se manifestará como falhas na organização do trabalho, às quais são atribuídas explicações, também defensivas, que atribuem essas falhas a problemas relacionados a questões morais, políticas ou demandas de capacitação, ou seja, como sintomas (MAIA; MEDEIROS; FONTES, 2012).

O desejo como sintoma nas organizações

A noção de sintoma vai englobar diferentes acepções. Ele é tanto uma manifestação distorcida de um desejo recalcado, quanto uma solução de compromisso, na qual tanto o desejo quanto os mecanismos defensivos se organizam para permitir que os afetos recalcados possam ter vazão no psiquismo, porém, desligados das representações que poderiam ameaçar a organização psíquica (FREUD, 1926/1996). O sintoma se apresenta então como uma forma de dar vazão à tensão psíquica, que vai mobilizar o sujeito para ações que aparentemente não possuem sentido, geralmente sentidas pela consciência como uma ação dada por um agente externo ao sujeito.

Porém, embora se proponha a ser uma solução que alivia a tensão psíquica, Freud (1937/1996) também nos mostra que muitas vezes esse alívio pode ser marcado pela geração de desprazer. Esse desprazer pode se dar por duas fontes. A primeira, em função do prazer de um órgão gerar desprazer em outro (como comer algo gostoso que fará mal ao estômago). A segunda ocorre em função da necessidade de alívio de tensão que, pela sua intensidade, e pela ausência de canais em que possa ocorrer via elaboração, remete o psiquismo a uma urgência (como nas situações traumáticas), e vai gerar vias de alívio de tensão desarticuladas com a organização psíquica do sujeito e com o princípio de prazer que a rege. Essas vias de alívio tenderão a ser utilizadas de forma compulsiva, repetitiva e inconsciente, gerando também uma sensação de ausência de sentido para o sujeito, além de agredir seu psiquismo (FREUD, 1920/1996).

Embora pensadas para descrever processos psíquicos individuais, a consideração da manifestação de sintomas nas organizações produtivas, pode, desde que guardadas as especificidades epistemológicas de sua aplicação dentro de um campo no qual o sujeito vai se diferenciar do sujeito original, ser um elemento explicativo que nos fornecerá uma maior compreensão da dinâmica inconsciente das organizações. Nesse sentido, é preciso primeiro compreender que, as organizações produtivas, embora possuam regras próprias decorrentes de fenômenos econômicos, técnicos e sociais, também possuem a necessidade de lidar com a dinâmica pulsional dos sujeitos que dela participam.

Tanto os fenômenos econômicos, técnicos e sociais vão se configurar em função de necessidades que são alheias a seus objetos específicos, pela demanda endereçada à organização pelas dinâmicas da energia pulsional, quanto a dinâmica pulsional vai ter que lidar com as demandas de processos econômicos, técnicos e sociais, que estabelecerão arranjos inibitórios e/ou impeditivos para a satisfação pulsional, visando sua canalização para os interesses da organização (GODOI, 2004).

Segundo Freud (1930/1996), os mecanismos defensivos podem se apoiar em construções simbólicas coletivas no formato de delírios partilhados pelos sujeitos. Tal noção é desenvolvida por Kaës (2014), a partir da ideia de aliança inconsciente, quando a estruturação de grupos vai se apoiar na adesão comum a interditos, gerando alianças que vão estruturar os mecanismos defensivos dos que dela compactuam.

As ações de manutenção inconsciente de alguns elementos são então reforçadas pelo grupo a partir de duas ações fundamentais de metadefesa: os pactos denegativos, que se estruturam como um modo de defesa intrapsíquico (por definirem as relações de vínculo entre os sujeitos), que vai se basear na exigência, aos membros da aliança, do recalque ou de outras interdições, e vão se manifestar por meio de repetições, sintomas, passagens ao ato e ausência de significações partilhadas. Da mesma forma, o contrato narcísico vai se apoiar na formação fundamental que o grupo social possui no Eu do sujeito, e da demanda de adesão a seus valores que o grupo coloca ao sujeito, sob o risco de retirada da sua sustentação a essa fundamentação do eu (CASTANHO, 2015).

Ao mesmo em tempo que são estruturantes, tais ações também vão se constituir como elementos alienantes para o sujeito. Mas, o mais importante aqui, é que essas defesas não se configuram somente a partir de um conflito inerente às singularidades dos sujeitos em relação ao grupo, mas também frente às manifestações de desejos partilhados pelos membros do grupo, e que, se expresso, poderiam colocar a dinâmica grupal em risco. Tais defesas, inclusive, se estruturam a partir de um desejo compartilhado básico, que deu origem ao social, e que tem no risco da repetição de sua atuação, a maior ameaça ao social (ENRIQUEZ, 1990).

Assim como no social de forma geral, a organização produtiva também vai se estruturar como espaço privilegiado para que a estruturação coletiva dos mecanismos defensivos se expresse como um reforço às defesas contra a manifestação dos desejos. A própria dinâmica organizacional, em sua atribuição de funções e papéis, fluxos de ações, objetivos e valores, vai se configurar como uma explicitação dos pactos denegativos e dos contratos narcísicos, tendo nos objetivos e dinâmicas da produção os elementos moderadores e canalizadores das dinâmicas de satisfação pulsional. O sujeito, então interdito na manifestação de seu desejo na organização, vai obter ganhos substitutivos, que lhe permitiram dar vazão para suas demandas pulsionais via sintoma. Além disso, nem todos na organização recalcam seu desejo, ou todos os desejos, o que leva o sujeito também à posição da fantasia, na qual a organização se estrutura como sustentáculo de uma possível realização do seu desejo (MOTTA, 1991).

O que vamos então perceber é que o desejo, e nesse caso não só os desejos conflitantes dos diferentes sujeitos, mas o desejo que serve de base para o vínculo libidinal do grupo, vai se manifestar na organização. No entanto, essa manifestação pode ocorrer de forma desligada de sua representação, pelo recalque, e pelos complementos defensivos, das fantasias e das denegações. Pelo fato da economia solidária não apresentar uma vontade central, dada ou pela figura de um dono, ou de um corpo tecnocrático, que instaure processos repressivos tendo por base seus desejos e discursos, a fonte desses processos repressivos tenderá a ser menos rígida.

Embora tal fato gere a possibilidade de um espaço de elaboração, esse espaço não se estabelece como algo dado *a priori* pela autogestão, mas também como algo a ser construído, a partir de processos de elaboração psíquica, social e técnica, o que remete à angústia de desagregação decorrente da ausência desse desejo que unificaria a vontade do grupo, restando à organização do trabalho em si (principalmente na sua acepção técnica, marcada por elementos ideológicos), instaurar o recalque de manifestações do desejo que remetam a ameaças ao grupo e à dinâmica do EES (PIRES, 2018).

A proposta do presente artigo é de descrever, a partir de uma perspectiva psicanalítica aplicada às organizações e da psicossociologia, um estudo de caso dessa manifestação do desejo, enquanto ações inconscientes e esvaziadas de sentido em um EES em processo de incubação, bem como buscar a compreensão da relação entre a dinâmica psíquica e a dinâmica organizacional que levou ao recalque e à manifestação do desejo como sintoma.

Método

O presente trabalho foi realizado a partir da observação, em um processo de incubação de um EES da área de produção cultural, realizado pela Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da Universidade Federal da Grande Dourados (ITESS-UFGD). O processo de incubação contou com duas atividades concomitantes. A primeira, associada ao processo de formalização do EES, que era a principal demanda endereçada à incubadora. Esta foi marcada por uma série de dificuldades, principalmente protelações

de ações e dúvidas recorrentes. Foram analisadas as dificuldades de compreensão dos termos e dos processos de formalização ou de aspectos formais da estruturação econômica do EES, não havendo nenhum problema nesse sentido.

Considerou-se então a hipótese de que essas dificuldades poderiam decorrer de dinâmicas psíquicas inconscientes decorrentes da organização do trabalho e da gestão do empreendimento (ENRIQUEZ, 1997). Para melhor entender essas dinâmicas, realizou-se uma análise compreensiva, em conjunto com os membros, das atividades realizadas pelo EES, para definir melhor seus fluxos de produção e as *expertises* já presentes no grupo, além do impacto que os mesmos possuíam na dinâmica psicossocial do grupo.

Caracterização do empreendimento

O EES em estudo é um empreendimento do ramo cultural, com produção em diversas áreas, como música, teatro, artes circenses, artesanato e produção audiovisual, além de outras ações ligadas à alimentação saudável, residência artística, além de ter um forte caráter militante em defesa da produção cultural regional, de grupos indígenas locais, bem como em aspectos referentes às questões de gênero. O EES já existia há sete anos, e, embora fosse amplamente sustentável tecnicamente quanto às atividades artísticas, tinha sua gestão pouco estruturada, o que gerava uma série de problemas na sua sustentabilidade econômica, possuindo variações de renda muito alta em função da sazonalidade e da dificuldade de acesso a editais públicos.

Essa informalidade também estava associada ao modelo de organização do EES. O EES era composto por coletivos culturais autônomos que desenvolviam suas atividades econômicas de forma independente, participando de algumas atividades coletivas compostas por todos os grupos, principalmente sarais culturais e pagamento de espaços para gravação ou ensaios. Além desses grupos, havia uma direção informal (mas amplamente reconhecida) do EES, concentrada na mão de um pequeno grupo dos membros, que se responsabilizavam pela manutenção do espaço, não havendo disputas de poder por esse espaço.

A estruturação de um ambiente compartilhado também gerava valores de relação que eram de grande importância para o desenvolvimento de produtos dos grupos, pois era o espaço para o desenvolvimento de projetos conjuntos. Embora tal arranjo implicasse em uma grande liberdade criativa e de possibilidades de ações conjuntas, também estabelecia uma série de problemas, principalmente relacionados às dinâmicas de gestão do EES como um todo. Além disso, havia também, ao longo da história do EES, uma grande variação na composição dos membros e do foco das atividades do empreendimento. No momento do estudo, a direção do EES contava com três membros, e o total de artistas oscilava em torno de vinte a trinta pessoas.

Coleta de dados

As informações sobre os processos de resistência foram buscadas a partir de três ações básicas. Entrevistas individuais, observação de campo das atividades cotidianas do EES, e grupos de discussão. Com exceção de alguns sarais e uma atividade em uma aldeia indígena, todas as outras ocorreram na sede do EES. É importante ressaltar que as atividades de coletas de dados iam ocorrendo concomitantemente, gerando diversos momentos de escuta, em que elementos que eram abordados em uma ação eram retomados em outras.

As entrevistas individuais ocorreram com os cinco membros mais atuantes na diretoria informal do EES (três deles também representantes de coletivos artísticos). Nelas, procurou-se identificar, através da narrativa da atividade que cada membro desenvolvia no empreendimento, sua vinculação técnica e afetiva com o mesmo, buscando compreender as expectativas simbólicas e imaginárias ali depositadas, e principalmente as mobilizações do sujeito frente à organização do trabalho definida formalmente, tanto no sentido de se posicionar defensivamente frente à mesma quanto de estabelecer novas metas e processos para nortear essa organização.

As atividades de observação de campo, que ocorriam uma vez por semana em dias variados, realizadas por meio de observação participante a partir do método definido por Carvalho e Pires (2004), como *Conversa ao pé da Máquina*, que consiste na observação da

construção de sentido que os trabalhadores atribuem ao trabalho, no próprio ato de sua realização.

Os dados obtidos nas entrevistas individuais e nas entrevistas eram discutidos nos grupos de discussão, que ocorriam com periodicidade geralmente quinzenal. Houve maior participação de membros de grupos artísticos, embora tenham sido menos constantes, e os participantes geralmente não eram os mesmos, apesar de todos terem sido convidados. Essa pouca presença, no entanto, parece nos remeter a pouca participação na condução e responsabilização sobre os assuntos relacionados ao EES de maneira geral. Houve ao todo cinco encontros dos grupos nessa fase. A intenção principal das discussões era buscar possibilitar o diálogo entre as percepções e compreensões desenvolvidas pelos membros do EES e as desenvolvidas pela equipe de incubação, dentro de um processo de construção social do conhecimento (THIOLLENT, 2002).

Resultados

Nas entrevistas individuais, assim como nas discussões de grupo, em que mais membros dos coletivos participavam, pode-se constatar uma diferença significativa entre as suas falas, principalmente no tocante à responsabilização pelo EES. Essa assunção da responsabilidade pela organização, mais presente nos membros da diretoria, parecia estar fortemente associada a esses como espaço de reflexão e construção de identidade e relacionamentos pessoais. Eram comuns falas nas quais o EES, percebido como um espaço de encontro e expressão artística era também percebido como um espaço de elaboração, principalmente da relação entre as vivências artísticas e identitárias dos sujeitos, como outras atividades que estes desenvolviam para além das artes.

Já na fala dos membros dos coletivos artísticos, geralmente constatava-se uma preocupação deles com suas atividades específicas, sendo a preocupação com o EES mais referente à sustentação do espaço de criatividade e liberdade existente, ou referente a demandas específicas relacionadas a insumos ou equipamentos para a produção que gostariam que fossem disponibilizados. A preocupação com a gestão do EES nesses grupos também se dava mais em relação a aspectos referentes à maior delimitação de

papéis ou de espaços para cada grupo, mas de maneira geral, mantendo somente a perspectiva individual ou específica de cada grupo artístico, e principalmente, se referindo a algum problema pontual que já havia ocorrido em algum momento.

Durante a atividade de observação percebeu-se que várias ações voltadas para elaboração ou comercialização de produtos eram deixadas de lado, interrompidas pela metade ou, mesmo sendo realizadas até o fim, não alcançavam o objetivo proposto inicialmente. A princípio, avaliou-se a possibilidade de que tais problemas pudessem ser decorrentes de dificuldades técnicas de sustentar a execução dos projetos, ou por erros no planejamento das atividades. No entanto, não foram constatadas dificuldades, e as ações, quando descritas, pareceram adequadas e organizadas. Além disso, embora a lógica de funcionamento libertária do empreendimento sempre colocasse questões inesperadas para as execuções das ações, existia um sistema bem organizado de valores morais e ações repressivas que controlavam as ações dos membros, principalmente no que diz respeito ao respeito aos espaços e usos do EES.

Após esse primeiro momento de escuta dos sujeitos, tanto individual como coletivamente, e da formulação da hipótese da existência de um elemento inconsciente que se expressava como atravessamento na organização do EES, começou-se então, nas entrevistas e nos grupos de discussão, o questionamento dessas manifestações que se apresentavam para os membros do EES na forma de uma desorganização. Tal questionamento se deu principalmente pela explicitação das repetições e de manifestação a partir de ausências de sentido. Essas ações e atravessamentos sobre os planejamentos e execução das atividades do EES foram então retomados e discutidos, não na tentativa de superá-los, mas de entender o que eles produziam e a que demandas eles supriam.

Identificou-se, então, que essas ações estavam sempre voltadas para a consecução do que os membros do EES definiram, em um segundo momento, como “Sociabilidades Criativas”, ou seja, a estruturação de espaços de interação que permitissem trocas de conhecimentos, trabalho e vínculos afetivos. Percebeu-se que a estruturação desses espaços possuía, ao mesmo tempo, uma importante função na sustentação do processo criativo dos artistas (tanto na sustentação técnica quanto

emocional), mas também para a estruturação e planejamento de projetos em comum, que envolvessem mais de uma pessoa ou grupo. Porém, para além dessa dimensão mais objetiva, essas Sociabilidades Criativas possuíam a função de proporcionar um espaço de fruição e estabelecimento de laços sociais e relações de dádiva, dentro da perspectiva proposta por França e Dzimira (1999).

Além disso, como o EES era marcado fortemente por um conjunto de ações militantes, principalmente no que diz respeito às questões de gênero e à divulgação e defesa das culturas locais, essas Sociabilidades Criativas apareceram nos discursos também associadas à sustentação de elementos constitutivos das identidades dos membros do EES. Então, além de um espaço de construção artística e de laço social, as Sociabilidades Criativas se constituíam também como um espaço de afirmação e elaboração identitária, e de questionamentos a valores morais e estéticos hegemônicos do entorno ao qual estavam expostos e em relação aos quais se posicionavam criticamente. Essa mobilização, no entanto, não era percebida pelos membros do EES, e não se figurava como um dos produtos do empreendimento, embora sempre fosse buscada, inclusive em detrimento das outras atividades. Essa hipótese foi comunicada e trabalhada nos grupos de discussão, e foi corroborada pelos mesmos.

Partiu-se, então, para o processo de formalização do EES. Este, assim como o processo de incubação, no entanto, foi interrompido. O EES, por ter uma atuação destacada em defesa de causas indígenas, passou por um momento de várias ameaças, principalmente a seus membros, durante o período pré-eleitoral. Embora ainda exista, diminuiu suas atividades e o processo de formalização foi deixado para outra ocasião ainda a ser estabelecida.

Discussão

A análise, no presente caso, focou-se na existência de um elemento que atravessava a dinâmica do EES, enquanto mobilização para a consecução de um objetivo, mas que só era percebido como uma desarticulação na busca de outros objetivos. Para compreender essa situação, é importante então entender por que, o que foi *a posteriori*

chamado de Sociabilidades Criativas, e passou a fazer parte do esforço de integração na dinâmica do EES, era algo em relação a qual se mobilizava uma resistência que o mantinha inconsciente.

A gestão amplamente liberal do empreendimento já tinha colocado o mesmo em situações problemáticas, como intervenções artísticas urbanas que foram interpretadas como depredação de patrimônio público, ou consumo de drogas no EES. Da mesma forma, as vivências afetivas entre os membros eram marcadas fortemente pelo questionamento de relações de dominação de gênero, o que colocava toda uma série de questões pessoais em debate. Frente a isso, desenvolveu-se no grupo um forte sistema de regras morais, que embora permitissem os espaços amplos de vivências coletivas, também remetiam o sujeito a regras relativamente rígidas de conduta.

Tal conjunto de regras e valores morais sempre aparecia na fala dos membros entrevistados e nas discussões de grupo como a principal fonte de regras para organização do lugar, já que o EES não possuía um estatuto ou um regimento interno. Porém, os elementos que essas regras e valores buscavam conter eram pouco discutidos e só emergiam em momentos catárticos das falas, e, quando ocorriam em grupo, não geravam continuidade nas discussões. Em alguns casos, como os elementos ligados às relações pessoais entre os membros, logo que tais questões apareciam, eram logo colocadas de lado, como algo pessoal, e que por consequência, não dizia respeito ao escopo do trabalho de incubação.

É interessante notar, como nos mostra Enriquez (1997) que a função da instituição é ao mesmo tempo ocultar e exprimir os conflitos e violências no seio da organização. A instituição vai aparecer, então, como lugar de harmonia e perenidade, mas também como lugar de opressão e norma. Nesse sentido, as regras da instituição não podem ser sentidas como algo que vem de fora, mas precisam ser internalizadas pelos sujeitos e percebidas como originadas nos mesmos para que possam cumprir sua função, e colocá-las em questão (bem como as relações de poder decorrentes das mesmas) seria colocar a própria instituição em questão.

A manutenção do recalque à emergência dos conflitos com as regras morais, que cumpriam a função de regras de funcionamento institucional no EES, se mostra então como um fator determinante para a manutenção da organização. Como essas regras morais, devido ao fato do EES não possuir outros sistemas de controle formais, como estatuto, regimento interno ou outros, o questionamento a tais valores se mostra como ameaça não só a um sistema moral, mas à própria organização e manutenção da unidade do EES.

Além disso, a adesão a esses valores aparecia nas falas também se referindo ao investimento afetivo que era depositado no EES como espaço de resistência ao entorno de valores repressivos que se buscava superar. Como esses valores repressivos não se resumiam a questões afetivas, mas também a valores estéticos amplos (que variavam desde modos de expressões artísticas, padrões de consumo e alimentação, e modos de vida alternativos), depositava-se no EES não só o significante de um espaço de resistência, mas também de integração de demandas diversas e de criação.

Essa interpretação é corroborada nas falas também pela presença constante de questões referentes à integração de vivências relacionadas à expressão artística, e outras formações técnicas e profissionais que os membros entrevistados possuíam. Muitos deles faziam, ou já haviam feito outros cursos que não os ligados diretamente às artes, como administração, medicina, história ou psicologia. A demanda de integração entre a vivência dessas profissões e a percepção de si como artista se mostrava também presentes na elaboração dos projetos desenvolvidos por membros, embora não estivessem alinhadas de forma direta com os objetivos do EES.

Tal questão nos remete à discussão proposta por Meira (2012) e por Meira e Freitas (2012), sobre o fato do processo de construção identitária na economia solidária se basear em uma ausência de significados, que, ao mesmo tempo em que remete o sujeito a uma abertura, também o remete à angústia da necessidade de um processo de construção dada a ausência de significações já disponibilizadas na sociedade. Se considerarmos que tal fato ainda é ressaltado pela ausência de significantes compartilhados socialmente para o trabalho artístico, podemos perceber a necessidade de trabalho frente à qual o sujeito estava colocado.

O mesmo acontecia com a perspectiva militante que muitas vezes tinha uma importância fundamental no desenvolvimento das atividades do EES. Por estar ligado a ações de defesa e divulgação da cultura dos povos indígenas da região, e de criar espaços para que questões de gênero pudessem ser debatidas e vivenciadas, uma parcela significativa do esforço de membros do EES era dedicada a tais questões. Essas, por sua vez, se articulavam com as produções artísticas de alguns dos membros mais atuantes, mas não pareciam ser uma demanda ou uma briga a ser comprada por alguns dos grupos que participavam do EES. Tal questão nos remete à relação entre identidade e militância, na qual o ato de militância, ao mesmo tempo em que fornece uma referência ampla para a estruturação identitária do sujeito, também o coloca em conflito com a mesma, em função de sua amplitude e tendência à cristalização (BALTAZAR, 2004).

A demanda de articulação entre essas diversas vivências dos sujeitos se mostra então como um trabalho no combate à angústia de fragmentação do sujeito tendo na tentativa de estabelecer a organização do EES como um espaço no qual as demandas de significação social possam ser trabalhadas. No entanto, a adesão a discursos morais já dados socialmente, oriundos de discursos militantes e/ou estéticos-culturais, ao mesmo tempo em que forneciam elementos de segurança para que essa organização pudesse se estruturar, e justificativas narcísicas para a posição de questionamento social na qual o sujeito se encontrava, acabava também estruturando processos de idealização dos alcances da EES nesse processos, e desses discursos de sustentação da unidade e harmonia institucional.

Compreendeu-se, então, que a busca pelo que se chamou depois de Sociabilidades Criativas se constituía em uma solução de compromisso, na qual as demandas de espaços relacionais, para possibilitar os processos criativos e as relações afetivas e identitárias questionadas pelos valores morais do EES, podiam se expressar como projetos artísticos, mediados por todo um conjunto de compromissos relacionados aos objetivos econômicos do EES. Tal apresentação em forma de projetos/mercadorias a serem comercializadas envolvia toda uma série de apropriação discursiva de um imaginário enganador (ENRIQUEZ, 1997), ligada ao atendimento de valores hegemônicos, menos conflitiva com o meio, embora fossem a expressão do que se pretendia negar. Nesse

sentido é que muitas vezes, o que aparecia como um desvio dos objetivos dos projetos poderia ser entendido como a consecução dos objetivos de um projeto oculto, inconsciente, mas com potência na mobilização das pessoas para buscar sua efetivação.

Conclusão

As experiências de autogestão, embora se configurem como um tipo de experiência que já vem sendo estudado há algum tempo em nosso país, ainda carece de estudos mais detalhados, e, principalmente, que levem em conta aspectos mais amplos na determinação da dinâmica laboral e organizacional subjacentes à autogestão. Dentre esses elementos, a descrição de processos psíquicos que envolvam não só aspectos psicossociais, mas também a dinâmica pulsional no trabalho, são elementos, a nosso ver, fundamentais para que a autogestão possa ser compreendida na sua riqueza de possibilidades.

Com a presente discussão, pretendemos indicar que, elementos que são tratados a partir de um discurso gerencial ou econômico, como falhas no processo de organização, e que demandam correções, seja por uma melhor adequação sociotécnica da produção ou por meio de maior capacitação dos membros, podem ser compreendidos de outra forma quando levamos em conta a dimensão psíquica do ser humano. Nesse sentido, em algumas situações, é necessário levar em conta que alguns problemas relacionados à efetivação da autogestão não se dão propriamente por um erro técnico ou gerencial a ser sanado, mas a um conjunto de elementos inconscientes que demandam por sua integração em uma dinâmica organizacional.

Porém, é necessário também compreender que tais elementos precisam ser elaborados a partir da análise dos mecanismos defensivos estruturados pelos membros do EES em relação ao trabalho, da reconstrução da história de sua formação, e da identificação dos desejos e dinâmicas pulsionais em oposição às quais esses mecanismos defensivos foram construídos. Tal consideração parte do pressuposto de que a própria existência da autogestão vai colocar tanto novas possibilidades de arranjos de satisfação psíquica por meio do trabalho quanto novas agressões ao psiquismo em relação às quais

os trabalhadores precisam se defender. Tais arranjos não se dão automaticamente como decorrentes da autogestão. Eles vão demandar um trabalho, tanto para a superação de arranjos anteriores, quanto para a construção de novas possibilidades de dinâmicas psíquicas em relação à institucionalização e a organização produtiva dentro da economia solidária.

Quando aplicado ao processo de incubação de empreendimentos de economia solidária, esse trabalho de análise da dinâmica pulsional dos mecanismos psíquicos de defesa frente à organização produtiva pode fornecer elementos que vão gerar uma compreensão mais ampla dos processos pelos quais passam os trabalhadores na estruturação dos empreendimentos. Tais processos se referem a dinâmicas e fenômenos que não são abordados por processos formativos, de análise da gestão, dos aspectos sociológicos ou da configuração sociotécnica do trabalho, podendo fornecer um importante complemento a essas análises e a uma melhor vivência psíquica em relação ao empreendimento.

Referências

BALTAZAR, Bernadete. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília**, v. 20 n. 2, p. 183-190, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v20n2/a11v20n2.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4685, de 2012**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CARVALHO, Ricardo. A. A.; PIRES, Sanyo D. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 16, n. 1-2, p. 159-185, jun./dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100008. Acesso em: 20 nov. 2018.

CARVALHO, Ricardo. A. A. ; PIRES, Sanyo Drummond. Para além dos aspectos econômicos da economia solidária. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 189-228. v. 1.

CASTANHO, Pablo. O conceito de alianças inconscientes como fundamento para o trabalho vincular em psicanálise. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina**, v.6, n.2, p. 92-112, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000200007. Acesso em: 05 dez. 2018

ENRIQUEZ, Eugene. Da horda ao estado. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editores, 1990.

ENRIQUEZ, Eugene. Vida psíquica e organização. **Revista Organização e Sociedade, Salvador**, v.3, n.4, p. 75-93, 1995. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10274/7323>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ENRIQUEZ, Eugene. A organização em análise. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

FRANÇA, Genauto de; DZIMIRA, Sylvain. Economia solidária e dádiva. **Revista Organização e Sociedade, Salvador**, v. 6, n. 14, p. 141-183, jan./abr. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v6n14/06.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1900/1996. (Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud). v. 4 e 5.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1920/1996. . (Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud). v. 18.

FREUD, Sigmund. Inibição, Sintoma e Ansiedade.. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1926/1996. (Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud). v. 20.

FREUD, Sigmund. O mal estar na civilizaçãoRio de Janeiro: Editora Imago, 1930/1996. . (Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud). v. 21.

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1937/1996. (Edição Standart Brasileira das Obras Completas de S. Freud). v. 23.

GODOI, Christiane. K. . As organizações como formações do inconsciente: contribuições da teoria psicanalítica aos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - ENEO, 3., 2004, Atibaia. **Anais [...]** Atibaia: ANPAD, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2004-477.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2018.

KAËS, René. As alianças inconscientes. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2014.

LISBOA, Armando Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. **RAE. Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MAIA, Aline B.; MEDEIROS, Cynthia P.; FONTES, Flavio. O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 17, n.1, p. 44-61, jan. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-71282012000100004. Acesso em: 20 nov. 2018

MATHEUS, Tiago C.; BRESLER, Ricardo. Organização, esse obscuro objeto de desejo? Caminhos da sexualidade nas organizações. **Organização e Sociedade, Brasília**, v. 9, n. 25, p. 163-174, set./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v9n25/10.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MEIRA, Fabio B. Grupos minoritários: forma e organicidade dos empreendimentos (ditos) solidários. **Psicologia Política, São Paulo**, v. 12, n.23, p. 121-137. jan. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000100009. Acesso em: 20 nov. 2018.

MEIRA, Fabio B.; FREITAS, Maria .E. Identidade pelo avesso: a economia solidária no contexto das alternativas. **Organização e Democracia, Marília**, v. 12, n. 2, p. 21, jan. 2012. Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/1725>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MOTTA, Fernando C.P. Organizações: vínculos e imagens. RAE. **Revista de Administração de Empresas, São Paulo**, v. 31, n. 3, p. 5-11, jul./set. 1991. Disponível em <https://rae.fgv.br/rae/vol31-num3-1991/organizacoes-vinculo-imagem> . Acesso em: 5 dez. 2018.

PIRES, Sanyo D. Perlaboração de mecanismos defensivos em relação ao trabalho em empreendimentos de economia solidária. **Desenvolve - Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 7, p. 39-53, mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/3869>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PIRES, Sanyo D.; JESUS, Marcelo C. Resistência à formalização em um EES no ramo de cultura: análise de caso. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÀRIA (CONPES), 2., 2018, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: Diagrama Editorial, UFSCar, 2018. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/iiconpes/gt08/2/pires_sanyo_jesus_marcelo.docx. Acesso em: 13 dez. 2018.

THIOLLENT, Michel. A construção do conhecimento e metodologia de extensão. **Cronos**, Natal, v.3, n2, p. 65-71, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654/10730>. Acesso em: 26 out. 2019.

O desejo como sintoma na economia solidária: uma perspectiva psicossociológica
Sanyo Drummond Pires, Aline Pereira Silva

Recebido em: 11/03/2019

Aprovado em: 10/12/2019

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos

Volume 20 - Número 44 - Ano 2019

revistapercursos@gmail.com